O IDEÁRIO LIBERAL NAS REFORMAS EDUCACIONAIS BRASILEIRA ENTRE 1920 E 1940

THE IDEAS LIBERAL EDUCATIONAL REFORMS IN BRAZILIAN BETWEEN 1920 AND 1940

Maria Joselia Zanlorense[1]

Almir Paulo dos Santos[2]

RESUMO

Neste texto discute-se as reformas educacionais as quais direcionaram a educação profissional no Brasil entre 1920 a 1940, momento que aconteceram os movimentos que visaram discutia educação brasileira culminando nas reformas educacionais as quais direcionaram a formação do trabalhador, mantendo a dualidade de ensino. Pondera-se neste estudo o ideário liberal e conservador na educação, a influência do ideário da Escola Nova e seus defensores no Brasil. A Reforma Francisco Campos que proporcionou mudanças no ensino comercial e superior; a criação do Instituto de Organização e Racional do Trabalho ï IDOTR que buscou a organização no espaço das fábricas e o controle do trabalhador atendendo os ditames do capital. Apresenta-se a instauração do Estado Novo e a ratificação da educação profissional direcionada aos menos favorecidos economicamente pela Constituição Federal de 1937. Na década de 1940 ocorreram novas reformas educacionais denominadas de Leis Orgânicas do Ensino as quais, em tempos conservadores, consolidaram a dualidade de ensino com princípios liberais proporcionando à elite o acesso à formação clássica humanística e o ensino profissional direcionado à classe trabalhadora.

Palavras-chave: História da Educação - Reformas Educacionais - Trabalho e Educação - Ensino Profissional.

ABSTRACT

In this text it is discussed the educational reforms which directed the professional education in Brazil between 1920 to 1940, moment in which happened the educational reforms that directed the formation of the laborer, maintaining the duality of tuition. It is weighted in this study the liberal and conservative ideary in education, the idearyçs influence in the New School and its defenders in Brazil. The Francisco Campos Reform which provided changes in the commercial and superior tuition; the creation of the Institute of Organization and Rational of Work (IDOTR) which sought the organization in the factoriesôspace and the laborerçs control attending the dictates of the capital. It is presented the installation of the New State and the ratification of the professional education directed to the economically disadvantaged by the Federal Constitution of 1937. In the decade of

1940 occurred new educational reforms named Organic Laws of Tuition which, in conservative times, consolidated the duality of tuition with liberal principles providing to the elite the access to the Humanistic Classic Formation and the professional tuition directed to the working class.

Keywords: History of Education - Educational Reforms - Work and Education - Professional Tuition.

INTRODUÇÃO

As reformas educacionais ocorridas no início do século XX determinaram o tipo de formação a ser oferecida à população brasileira, visaram atender determinado modelo econômico social e ideológico, preparando o trabalhador para atuar em diferentes setores de produção no período mencionado. Assim sendo, a história do ensino profissional no Brasil traz em si as proximidades com o desenvolvimento do sistema econômico brasileiro e a formação do trabalhador para atender a demanda de produção.

Embora se apresente neste estudo o ensino profissional nos meados do século XX, sua existência antecedeu este momento da história da educação brasileira, remontando o período imperial. Foi no início do século XX que ensino profissional sofreu sua primeira alteração, em 1909, passou a ser oferecido em escolas noturnas aos filhos dos operários pela Lei n°1.184 de 3 de dezembro de 1909:

> Esta lei determinou a criação de escolas noturnas, na capital e no interior, especificando que elas deveriam localizar-se nas proximidades das fábricas e atenderem, exclusivamente, aos meninos operários ou filhos de operários. A prioridade de instalação dessas escolas seria daquelas que tivessem acomodações oferecidas pelas empresas, e o professor seria sempre provido pelo governo estadual. A articulação com as fábricas deveria se dar, também, na definição do horário escolar (CUNHA, 2005, p. 141).

A oferta do ensino profissional noturno se deu pelo fato da indústria neste período já apresentar significativa importância na economia brasileira ao produzir principalmente os produtos de consumo interno.

A crescente urbanização e a dificuldade dos agricultores em produzir alimentos em terras não muito produtivas e distantes das cidades impedindo a comercialização da produção impulsionavam o homem rural a migrar para as grandes cidades. As oportunidades oferecidas nas indústrias e as facilidades que os centros urbanos ofereciam na busca de sobrevivência estimulava o êxodo rural. O governo via nesse acontecimento um grande inchaço das cidades e a falta de braços para produção agrícola se mostrava preocupante, visto que a população rural migrava rumo aos centros urbanos agravando o atendimento da educação pelo governo, com criação de escolas que não atendiam a demanda (MENDONÇA, 2010).

Nesse contexto as promessas em relação à educação, feitas pelo governo não se efetivaram. A autonomia dos estados levou ao surgimento de grupos que iniciaram a discução pela exigência de reformas na educação. O problema educacional alargou-se e os profissionais da área, interessados em mudanças em relação ao ensino se organizaram, houve congressos, inquéritos, conferências que discutiram a educação em seus problemas mais diversos além das Conferências Nacionais de Educação.

Foi o período em que ocorreram inúmeras reformas[3] impulsionada pela exigência de mudanças as quais atendiam interesses no tipo de formação a ser oferecida, educação esta que atendia o desenvolvimento econômico guiada pela ideologia do período, ora influenciada pelos ideais liberais de sociedade e de homem, ora atendia os princípios conservadores sobre controle dos católicos.

Na década de 1920, a educação brasileira sofreu influência da chamada ñEscola Novaò que a partir de 1927 procurou aplicar um novo currículo, com ênfase no cientificismo em detrimento do currículo humanístico.

A Escola Nova apresentou novos valores para fundamentar o ensino que altera as relações entre professor e aluno; foram tentativas de mudar os padrões que embasavam a educação tradicional substituindo por um modelo de educação que pretendeu tirar a centralidade do professor e direcionar para o aluno. ñ[...] o escolanovismo pretende deslocar o educando para o centro das reflexões escolaresò (NAGLE, 1990, p. 265).

Surgiu a proposta especialmente alfabetizante e no ensino secundário a combinação do ensino das letras com as ciências. Criou-se um modelo de escola pautado na reforma da sociedade para corrigir as diferenças sociais. Essa reforma aconteceria na medida em que a escola, ao formar o modelo de homem desejado para o momento histórico, produziria também uma nova sociedade (XAVIER, 1990).

> A modernização do ideário liberal nacional se deu, nesse período, através da assimilação do pensamento escolanovista, que atendia perfeitamente aos objetivos conservadores das classes dominantes, às aspirações reformistas das classes médias, e acenava com promessas de democracia e progresso para as classes inferiores (XAVIER, 1990, p. 64).

A Escola Nova, divulgada e liderada no Brasil por Anísio Teixeira e Fernando Azevedo, expressada de forma evidente no Manifesto dos Pioneiros da Educação em 1932, foi propalada por John Dewey nos Estados Unidos. Para Dewey a educação era instrumento de transformação social, a escola era espaço de troca de informações, participação, incorporação de valores sociais e individuais, práticas democráticas e preparação do indivíduo para atuar na sociedade.

A educação, na visão escolanovista, possibilitaria uma articulação entre escola, sociedade e o mundo do trabalho. Pela educação escolar se daria condições de igualdade na participação da vida social. No Brasil teve em vista a superação das necessidades ocasionadas pelas mudanças sócio-culturais, políticas e econômicas e embasou o repensar da educação naquele momento da história. Os seguidores da Escola Nova acreditavam que a escola tinha a finalidade de colaborar para melhorar a sociedade e pacificar as desigualdades sociais (BATISTA, 2001).

> A Escola Nova deve ser compreendida na arena dos conflitos culturais que dilaceram os estratos urbanos da sociedade brasileira no final dos anos vinte e início da década de trinta. Tais conflitos impunham que os educadores mobilizassem, com urgência, mecanismos para superar as estruturas de pensamento tidas como arcaicas e representativas de um país em desmoronamento (CUNHA, 1998, p. 53).

Fundamentava-se nos princípios da doutrina liberal, defendia a construção de uma sociedade democrática e igualitária. Atribuía à escola a função de modificar a sociedade. Esta transformação social deveria ser primeiramente individual que, pela preparação do indivíduo se implantaria a nova sociedade.

O importante na educação escolanovista era o desenvolvimento das habilidades e da competência do indivíduo, a valorização da prática para sua adaptação na sociedade aconteceria pela pedagogia do ñaprender a aprenderò, com ênfase no conceito de atividade, foi ñUma pedagogia pragmática, voltada para a técnica e a prática, ofereceria sustentação a esse ideal de nação que se pretendia instalar em nosso paísò(SOUZA; MARTINELI, 2009, p. 164).

As principais teorias que fundamentaram a proposta da Escola Nova foram as teorias construtivistas, em específico a de Jean Piaget, as teorias não-diretivas de Rogers e as teorias tecnicistas com a psicologia comportamental e o behaviorismo de Skiner (TOZONI-REIS, 2007). A Escola Nova pautou-se nos saberes da psicologia, pela valorização das aptidões, do interesse e da formação da personalidade e ainda pela inserção de testes e medidas psicológicas para captar as potencialidades de cada indivíduo, o que o tornaria munido dos conhecimentos especializados e necessário para as novas necessidades econômicas.

> O desenvolvimento industrial dependia, para concretizar-se, de trabalhadores providos de conhecimentos especializados, o que poderia ser contemplado por um sistema escolar afinado com as demandas sociais e econômicas. Estava sendo, mais uma vez, atribuída à educação a responsabilidade pelo desenvolvimento do país (BATISTA, 2001, p. 73).

A influência do escolanovismo neste contexto propõe um modelo de homem prático, que vê na educação a solução para organizar a sociedade. Com a Remodelação do Ensino Profissional Técnico a partir de 1920 que prioriza a racionalidade da fábrica para a educação começa a se organizar uma nova modalidade de ensino profissional para atender o setor industrial em desenvolvimento.

A Escola Nova foi a nova resposta da reorganização produtiva que fez repensar o ensino e deste esperar respostas que contribuíssem com a formação

do trabalhador para as novas demandas nascentes da sociedade capitalista. Um trabalhador que estivesse adequado em operar as novas máquinas que surgiam para a produção diante do consumo existente e o Brasil não podia ficar alheio a este tipo de ensino, primeiro porque tudo o que apresenta de novo no exterior, seja qual for o setor, é importado e aqui aplicado, não importava se cabia em nossa realidade ou não.

A educação planejada pelos representantes da Escola Nova no Brasil, com a defesa de escola única e igualitária e com articulação entre os graus de ensino, manteve seu caráter conservador, visto que, diante do êxodo rural e da necessidade de preparar o trabalhador urbano, o Manifesto dos Pioneiros apontou a educação como solução para a formação deste contingente da população. Assim sendo, defendendo a formação para o trabalho, a Escola Nova manteve a dualidade de ensino:

> É preciso, para reagir contra esses males, já tão lucidamente apontados, pôr em via de solução o problema educacional das massas rurais e do elemento trabalhador da cidade e dos centros industriais já pela extensão da escola do trabalho educativo e da escola do trabalho profissional, baseada no exercício normal do trabalho em cooperação, já pela adaptação crescente dessas escolas (primária e secundária profissional) às necessidades regionais e às profissões e indústrias dominantes no meio. (Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. In: GHIRALDELLI JR.,1990, p.68).

Diante do que se desejava para a educação nacional técnica e preparatória para o trabalho, a industrialização no ensino profissional brasileiro foi introduzida por meio de Portaria[4] que oficializou a relação entre educação e a indústria, consolidando a formação profissional por meio da escola.

O repensar do ensino profissional brasileiro se deu pela necessidade de desenvolvimento da industrialização brasileira, as máquinas para as indústrias continuavam a ser importadas, pois não existiam, no Brasil, indústrias de bens de produção. Nesse caso o Brasil teve que correr em busca de sanar essa dificuldade de preparar o operário conforme a máquina. O modelo de homem corresponde ao modelo de produção e exigência do mercado de trabalho, não se podia dar conta da produção interna se não houvesse pessoas preparadas para

este fim. O ensino profissional foi alvo decisivo no ensino apresentado pela Escola Nova, que influenciou as reformas educacionais no contexto brasileiro.

A classe burguesa no Brasil mostrava-se ativa desde o início da República, sendo composta por profissionais liberais, militares, funcionários da justiça, empregados públicos, comerciários, estudantes, etc. Grupo que ao lutar contra os interesses da oligarquia rural, buscavam conquistar espaço no poder político (CARONE, 1973).

Houve ainda na década de 1920 a organização dos industriais brasileiros que buscavam a organização da burguesia industrial, e o controle da economia no Brasil. Essa organização possibilitou em 1928, a fundação do Centro das Indústrias de São Paulo neste mesmo Estado. Rompendo a organização entre comerciantes importadores e industriais existentes por meio da Associação Comercial e Centros do Comércio e Indústria em São Paulo e Rio de Janeiro. Posterior a esta organização e fundação do Centro das Indústrias, os industriais ganharam forças para lutar pelo controle econômico e político no país (GORENDER, 1982).

AS REFORMAS EDUCACIONAIS NO PERÍODO DE 1930 A 1940

O período[5] de mudanças que se iniciou a partir de 1930, com a chamada Segunda república e que adentrou a década de 1940, trouxe em seu bojo o acelerado crescimento das forças econômico-sociais no cenário brasileiro. A pressão exercida pelas forças citadas anteriormente pressionaram a organização política, as quais buscaram formas de acelerar o crescimento econômico do país. Fatores estes que influenciaram as alterações da educação e levaram à institucionalização do ensino profissional, atendendo o processo de industrialização, do aumento da população urbana e formação do trabalhador a fim de adequar a classe operária ao desenvolvimento industrial brasileiro (RIBEIRO, 1989).

A defesa de um país industrializado ganhou forças a partir de 1930 com novos representantes políticos no poder. Os novos líderes políticos queriam

garantir o desenvolvimento industrial com ações que os protegessem da concorrência dos produtos importados.

A educação que se teve até o momento da década de 1930 para a classe trabalhadora foi uma educação pública que priorizava a alfabetização do cidadão denominado ensino elementar. Leis, regulamentos de ensino e instalação de escolas elementares criadas neste período foram ações insuficientes para atender o grande contingente da população. Iniciativas insignificantes diante do que necessitava ser feito para atender a demanda que se prometeu realizar.

As expectativas sobre a educação idealizada pelo novo regime republicano não se concretizou na realidade. A educação não recebeu o respaldo necessário para atender o povo, o qual recebia uma educação precária e mal organizada, acompanhado de pouca assistência por parte do governo (NAGLE, 1974).

Chamado de período do movimento renovador[6], foram implementadas neste momento a Reforma Francisco Campos em 1931, com mudanças no ensino comercial, secundário e superior, atendeu a lógica do ensino dual, da sociedade dividida em classes com um ensino para a elite e outro para classe trabalhadora

Francisco Campos via a necessidade de atualizar a educação escolar para tender as mudanças do desenvolvimento econômico nacional. No entanto não se efetivou a implantação do ensino técnico e científico pela reforma de Francisco Campos pelos Decretos nº 19.890/1931 e consolidada pelo Decreto nº 21.241/1932, a tradição do ensino enciclopédico e humanístico direcionado aos interesses da elite brasileira foi mantida.

Em 1931, foi criado o Instituto de Organização e Racional do Trabalho ï IDOTR, esta instituição exerceu, na educação, o papel da empresa referente ao controle do tempo do trabalhador, fundamentado nas ideias tayloristas[7] difundidas e defendidas no Brasil por industriais e engenheiros desde o início do século XX, teve o objetivo de organizar o espaço das fábricas e implantar novos métodos de trabalho, visando o aumento da produção.

A criação do Instituto de Organização e Racional do Trabalho - IDORT exerceu na educação os interesses dos empresários na formação do trabalhador utilizando-se do discurso de construção do progresso da nação e assim disciplinar

e orientar o trabalhador. O IDORT foi uma alternativa a qual buscou o controle social em disciplinar e controlar o trabalhador e desestruturar a classe operária que influenciada pelos estrangeiros se mostrava organizada pelos movimentos anarquistas e socialistas no período histórico em que foi criado (BATISTA, 2013).

No entanto, as crises político-sociais que perpassaram a década de 1930, condicionaram o militar Getúlio Vargas a assumir o poder em outubro de 1930. Getúlio de início tomou medidas favoráveis á agropecuária e a cafeicultura, não estabelecendo relações muito prósperas com as indústrias, suas medidas tomadas em 1935 veio a dificultar o setor industrial ao assinar com os Estado Unidos um tratado que privilegiou a entrada de produtos norte-americanos manufaturados no Brasil. (ANDRADE, 1988)

As relações entre industriais e Vargas tomaram novos rumos ainda na década de 1930, houve aproximação dos interesses do governo Vargas com a indústria brasileira. A burguesia industrial conquistou a valorização do mercado interno e formulou projetos que, além de restringir a o protecionismo do comércio exterior visou também valorização da indústria brasileira como interesse nacional. Lutaram por políticas favoráveis e pela intervenção do Estado em benefício das empresas privadas capitalistas. Consolidou-se a junção entre Estado e industriais no contexto nacional.

> Apesar da hostilidade ou da desconfiança mútua nos primeiros anos do pós-30, a tendência, que acabou prevalecendo, foi a da aproximação entre os industriais e o Governo Vargas. Daí que o conjunto da burguesia, com particular realce para a burguesia industrial, houvesse apoiado sem vacilações o golpe de 10 de novembro de 1937, que instaurou o Estado Novo e deu a Getúlio Vargas, durante oito anos, poderes ditatoriais (GORENDER, 1988, p. 66).

Neste momento da economia nacional o nível de desenvolvimento das indústrias se encontra mais avançado, a exemplo da expansão da capacidade de produção da indústria têxtil, a qual ñ[...] possibilitava uma maior rentabilidade para o capital aplicado, criando os fundos necessários, dentro da própria indústria, para sua expansão subseqüente (FURTADO, 1987, p. 198).

O governo brasileiro é instigado em regulamentar as relações de trabalho no setor produtivo industrial encaminham-se ações para a organização e

regulamentação de sindicatos de trabalhadores e de patões, ficaram normatizadas as relações da compra e venda da força de trabalho no setor industrial por meio das leis trabalhistas[8].

O Estado liderou as relações entre industriais e operários, torna-se intervencionista entre economia e mercado, criou empresas e órgão estatais com o intuito de estimular a economia nacional, em suma favorece a concretização dos ideais da burguesia industrial (PILETTI; ARAUJO, 2008).

Além das reformas de ensino ocorridas até a década de 1930, a forma de governar de Getúlio Vargas no poder, chamado Estado Novo, regime ditatorial com poderes de decisão pleno, assegurou interesses, principalmente os econômicos.

> O Estado Novo foi uma ditadura *de fato*. Um regime sem o funcionamento do Congresso Nacional, sem partidos legais, sem eleições. Desenvolveu-se o fortalecimento do Estado no sentido de melhor servir aos interesses do regime econômico que denominamos de capitalismo na sua política de controle [...] o período ditatorial incentivou a participação do Estado em assuntos econômicos, no sentido de proteger atividades econômicas já existentes e de favorecer o surgimento de novas (GHIRALDELLI, 2003, p. 85-86, grifos do autor).

A formação para o trabalho, na Constituição de 1937, foi direcionada para aqueles que não tinham condições de frequentar o ensino público nas condições acuradas pelo Artigo 130[9]. Para estes, o Estado getulista elaborou uma formação condizente com as reais necessidades tanto dos pobres quanto econômicas. Isso pode ser observado no Artigo 129 da Constituição de 1937.

> Art. 129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais. O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem

> como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público (BRASIL, 1937, s/p).

Pelo Artigo 129, o Estado nada mais fez do que forçar os pobres a frequentar o ensino profissionalizante. Não deixou possibilidades de escolha, pelo contrário, fechou a oportunidade de acesso ao ensino superior, possibilitando apenas o ingresso no ensino secundário profissional:

> O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos estados, dos municípios ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criarem, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público (CUNHA, 2005, p. 28).

A intenção do Estado, quanto a educação profissional foi a formação do operário para a produção necessária ao mercado naquele momento, produção esta que seria de mão de obra e de mercadoria para cimentar o sistema capitalista. Esta responsabilidade é conferida também aos industriais como dever, e evidenciada no tipo de formação que seus filhos tinham acesso. Os filhos dos operários não podiam receber outra formação que não a de profissional da indústria, isto tornou evidente a intenção de manutenção do sistema capitalista em que a própria Lei legitimava a dualidade de ensino.

A burguesia oferecia aos seus a educação necessária para assegurar a ordem social e o Estado garantiria a estabilidade desta ordem. Primeiramente limitando os menos favorecidos economicamente de ter acesso ao ensino propedêutico[10] e ao mesmo tempo formando-os para o trabalho ñ[...] pré-vocacional profissionalò para atender as suas ñaptidões e tendênciasò Aos pobres foi apenas reservado o direito de ñreceber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionaisò(BRASIL, 1937).

Confirmava-se com esta ação o modelo de educação da Escola Nova trazido dos países europeus. A qual pretendeu formar o indivíduo conforme as suas aptidões atendendo a forma de organização da sociedade. O aluno não

deve trabalhar isoladamente, mas articular sua atividade com de outros colegas numa atividade coletiva e a escola é uma pequena sociedade onde o aluno aprende a viver na coletividade de uma sociedade maior (XAVIER, 1990).

As reformas parciais ocorridas entre 1942 e 1946 nos diferentes ramos da educação brasileira denominada de Leis Orgânicas do Ensino, ou Reforma Capanema foram implementadas pelo Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema e ampliou a reforma de Francisco Campos em 1931.

Por meio destas reformas, os industriais conseguiram regulamentar o projeto de ensino profissional no Brasil e assim delinear a formação do trabalhador brasileiro na indústria e no comércio necessário para o período de desenvolvimento econômico. Pretendeu-se também com esta reforma eliminar o trabalhador estrangeiro[11], os quais tinham ideias opostas ao modelo de organização de sociedade representada pelo Estado como autoridade máxima; os estrangeiros apresentavam ameaça ao projeto nacionalista de industrialização no Brasil.

> Brasil dispõe de braços suficientes, perfeitamente aptos, suscetíveis das mais árduas e dedicadas tarefas, quer na agricultura, quer na indústria, quer como inteligência, quer como resistência (...) Apesar de ser inteligente, dedicado, fiel, resistente, à fadiga, como poucos, adaptando-se facilmente aos mais difíceis misteres e às mais complexas manipulações industriais (...) Desamparado, vergando ao peso do anátema O Brasil não necessita de braços, pois não aproveitou nem curou, ainda, de aproveitar os trabalhadores nacionais (...) Para suas necessidade atuais, o de óvadioô e ópreguiçosoôde incapaz e malandro (PICHELLI, 1997, p.6).

Esta Reforma aconteceu por meio de uma variedade de Decretos-Leis, que abrangeram todos os ramos de ensino, do primário ao médio. Organizou e estabeleceu diretrizes no ensino primário, normal e profissional. Por meio da Reforma Capanema priorizou-se diferentes ramos profissionais para habilitar o trabalhador. Primeiramente tratou do ensino técnico-profissional industrial e comercial em 1942, e são constituídas dos seguintes Decretos-Leis:

1. Decreto-Lei n. 4.043 de janeiro de 1942 - Lei Orgânica do Ensino Industrial;
2. Decreto-Lei n. 4.244 de abril de 1942 - Lei Orgânica do Ensino Secundário;

3. Decreto-Lei n. 46.141 de dezembro de 1943 - Lei Orgânica do Ensino Comercial;
4. Decreto-Lei n. 8.529 de janeiro de 1946 - Lei Orgânica do Ensino Primário;
5. Decreto-Lei n. 8.530 de janeiro de 1946 - Lei Orgânica do Ensino Normal;
6. Decreto-Lei n. 9.613 de agosto de 1946 - Lei Orgânica do Ensino Agrícola;
7. Decreto-Lei 4.048, de janeiro de 1942, que criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);
8. Decretos-Leis 8.621 e 8.622 de janeiro de 1946, que instituiu o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) (ROMANELLI, 1994).

Pela Lei Orgânica de 1942, o ensino profissional passou a ter unidade de organização em nível nacional e assumiu caráter de ensino de segundo grau, perdeu sua característica de curso que se encerrava no ensino primário. Para o ingresso do alunado nos cursos técnicos a exigência foi o curso primário completo, com idade entre 12 e 17 anos, os quais os meninos receberiam uma formação de artífices de elevada qualificação. (GURSKI JUNIOR, 1986). O ensino primário, normal e agrícola foi contemplado apenas em 1946, até então eram conferidos estes ramos de ensino à administração dos estados.

Por meio de diferentes decretos e leis materializou-se a dualidade do ensino secundário brasileiro, sendo que o Curso Clássico priorizava o saber das humanidades, assim como o Curso Científico focava o ensino das ciências exatas, os respectivos cursos visaram ñDar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especialò (BRASIL, 1942, s/p).

Pela criação da Lei Orgânica, elaborou-se um discurso ilusório de que a impossibilidade de acesso ao ensino superior pela classe trabalhadora deixaria de existir. Aparentemente, esta lei alargou os horizontes do ensino profissional, o ensino oferecido à classe operária não se limitava ao ensino primário, podia

aspirar ao ensino secundário e por que não ao ensino superior, aparentemente, todos tinham a oportunidade de acesso, os limites que o ensino técnico apresentava em prosseguir nos estudos foi aparentemente ultrapassado pela normatização da Lei Orgânica de 1942.

Neste sentido, a educação serviu para possibilitar ao ñcidadãoò a preparação de sua capacidade de produção, apresentada como ascensão social, visto que o ensino profissional passou a ser oferecido enquanto segundo grau; enquanto produtiva, aperfeiçoou e especializou o trabalhador industrial. Por meio da proposta de renovação pelas reformas educacionais e organização da sociedade capitalista, ao oferecer à classe trabalhadora o ensino profissional, visou-se somente à manutenção do próprio sistema, pois não havia interesse na classe hegemônica em ñ[...] oferecer ao povo uma verdadeira educaçãoò (MARX & ENGELS, 2011, 114).

A educação proposta pela Reforma Capanema, priorizava a formação das elites condutoras, a qual deveria receber formação patriótica para cumprir a missão social de governar o país. Esta formação era oportunizada apenas às elites, camada privilegiada que desfrutavam de tempo para uma escolarização que ocupava tempo maior e formação mais elaborada. Enquanto que à classe operária sobrava o ensino prático, a formação nos cursos técnico-profissionais (XAVIER, 1990).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se, pois que desde as primeiras décadas do século XX, a educação brasileira passou por discussões realizadas pelos educadores do período, tomando maior intensidade a partir da década de 1920, com a influência do ideário da Escola Nova e seus defensores, os quais visavam superar, pelos novos modelos de educação, o tradicionalismo pedagógico assegurado pela igreja católica. A educação não sofreu profundas mudanças, mas sim se manteve na mesma linha de reprodutora de desigualdades sociais.

Na década de 1930 a Reforma Francisco Campos conservou o ensino dual já existente, garantindo à classe burguesa o acesso ao ensino superior e a

classe operária o ensino para o comércio; diferença ratificada pelas Leis Orgânicas criadas em 1940, com aparência de igualdade de acesso, mas que manteve a separação de modelos de ensino para a elite e para as classes pobres, limitou o acesso das últimas ao ensino profissional e assegurou o ensino superior aos primeiros.

Pela influência do ideário da Escola Nova iniciaram-se as alterações no ensino brasileiro, embora interrompida pela instauração do período getulista denominado de Estado Novo, as reformas realizadas neste momento ditatorial e conservador trazem implícitas o modelo de sociedade liberal que direciona uma o tipo de formação conforme a classe social a que pertence o indivíduo.

Considera-se, pois que partir da década de 1920, o ensino profissional recebeu a influência do capitalismo e começou a ser adequado conforme as novas divisões que ocorriam na produção. Atendeu primeiramente o setor industrial exigindo o domínio de novas técnicas e máquinas, consequentemente determinou a modificação da formação do trabalhador exigindo o modelo de homem prático que acompanhasse as alterações estabelecidas pelo mercado.

Para atender esta demanda a educação foi moldada com o intuito de acompanhar estas mudanças, delineada na Constituição Federal de 1937 e concretizada Leis Orgânicas da década de 1940. ñO capital reorganizou as forças produtivas e as relações de produção de modo a potenciar a produtividade da força de trabalhoò(NASCIMENTO, 2009, p. 134).

Assim sendo, embora em período de conservadorismo político marcado pelo governo de Vargas, à educação foi atribuída a função de preparar o trabalhador seguindo o modelo liberal, destinou o ensino prático à classe operária, o qual exigia o mínimo de conhecimento, somente o necessário para atender suas tendências vocacionais e adequando às suas faculdades e aptidões, uma forma de naturalizar as diferenças sociais pela legitimidade das leis. Ações que evidenciam a coexistência de tendências conservadoras e liberais pertencentes ao mesmo período político, as quais se evidenciaram nas Leis e Decretos estabelecidos nas décadas de 1930 e 1940.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel Correa de**. A revolução de 30**: da república velha ao estado novo. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

BATISTA, Eraldo Leme**. Trabalho e educação profissional nas décadas de 1930 e 1940 no Brasi**l: análise do pensamento e das ações da burguesia industrial a partir do IDORT. 2013. 283 f.Tese (Doutorado em Educação) ï Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2013.´

BATISTA, Maria Isabel Formoso e Silva. **O Ideário renovador e a planificação educacional**: possíveis raízes do tecnicismo escolar. Revista: *Interações,* January-June, año/vol. VI, número 011. Universidade São Marcos, São Paulo, Brasil, 2001, pp. 61-79. Disponível em: http://www.redalyc.org/redalyc/pdf/354/35401105.pdf. Acesso em 25 de Nov de 2012.

BRASIL, **Constituição dos Estados Unidos do.** De 10 de novembro de 1937. Presidência da república, Casa Civil, Subchefia para assuntos Jurídicos. Disponívelem:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm. Acesso em: 20 de abr. de 2012.

_____, **Lei Orgânica do Ensino**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4048.htm.

CARONE, Edgard. **A primeira república** (1889-1930). São Paulo: EDIPE, 1973.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**, UNESP, São Paulo, 2005.

CUNHA, Luiz Antonio. Marcos Vinícius da. **O discurso educacional renovador no Brasil (1930-1960)**: um estudo sobre as relações entre a escola e a família. Tese de Livre Docência/UNESP - Araraquara, 1998.

CUNHA, Luiz Antonio. Marcos Vinícius da. **A educação dos educadores**: da Escola Nova à escola de hoje. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 22. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **Filosofia e história da Educação brasileira**. Barueri, SP: Manole, 2003.

GORENDER, Jacob. **A burguesia brasileira**. 2. ed. São Paulo, Editora brasiliense, 1982.

GURSKI JUNIOR, Lauro. **Escola de aprendizes artífices do Paraná**. Revista Técnologia & Humanismo: Universidade Federal do Paraná. Curitiba: Ed. UTFPR. Ano 1, n. 1. p. 113-168, 1986.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA. In: GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990, p. 54- 78.

MARX, KARL; ENGELS Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2011.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)**. Niterói: Editora da UFF, 2010.

NAGLE, Jorge. **A educação na primeira república**. IN: FAUSTO, Boris. (Org.) **O Brasil republicano**: sociedade e instituições. Historia Geral da Civilização Brasileira. Rio de janeiro: Editora Bertrand Brasil S. A., 1990.

_____, Jorge. **Educação e sociedade na primeira República**. São Paulo: EPU. Ed. da Universidade de São Paulo,1974.

NASCIMENTO, A. M. **Curso de direito do trabalho**. 24ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

PICHELI, Valdir. O Idort enquanto proposta educacional no contexto de formação da hegemonia burguesa no Brasil (1930 ï 1944), Tese Doutorado, FE/Unicamp, Campinas,1997.

PILETTI, Nelson. ARAUJO, Marcos Cesar. **História social da industrialização brasileira,** 2008. Disponível em:http://pt.scribd.com/doc/6920310/Historia-Social-da-Industrializacao-Brasileira. Acesso em: 17 de mar. De 2012.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira**: a organização escolar. 9 ed. Edição revisada e ampliada. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 16. ed. Pertópolis, 1994.

SOUZA, Rodrigo Augusto de. MARTINELI, Telma Adriana Pacífico. **Considerações históricas sobre a influência de John Dewey no pensamento pedagógico brasileiro**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.35, p. 160-162, set.2009 - ISSN: 1676-2584.

TOZONI-REIS, Marilia Freitas de Campos. **Fundamentos teóricos para uma pedagogia crítica da educação ambiental**: algumas contribuições. Disponível em: http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/gt22-3311--int.pdf. Acesso em: 25 de nov. de 2012.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e escola no Brasil**: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e a reformas do ensino (1931-1961). Campinas, SP: Papirus, 1990.

[1]Maria Joselia Zanlorense, Mestre em Educação na linha de pesquisa História e Políticas Educacionais pela Universidade Estadual de Ponta Grossa ï UEPG. Professora do Departamento de Pedagogia DEPED, Universidade Estadual do Centro-Oeste ï UNICENTRO ï Guarapuava ï Paraná. E-mail: mjzanlorense@hotmail.com

[2] Almir Paulo dos Santos, Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio Sinos - UNISINOS Professor do Departamento de Pedagogia Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO ï Guarapuava ï Paraná. E-mail: almirpaulo@yahoo.com.br

[3] Para aprofundamento sobre as reformas educacionais do início do século XX indicamos o texto de Jorge Nagle (1990).

[4] Por um ato, assinado em 13 de novembro de 1926, consolidando os dispositivos concernentes às escolas de aprendizes artífices. Por aquela Portaria era, afinal, introduzida a industrialização no ensino profissional brasileiro.

[5] O período de 1930 a 1940 é subdividido por Maria Luisa Santos Ribeiro em três instantes distintos: o de Getúlio Vargas, chamado de Estado Novo (1937-1945); o de Eurico Gaspar Dutra em reação ao Estado Novo (1946-1950); e o de Getúlio, retornando por via eleitoral à Presidência (1951-1954).

[6] Em 1924, formou-se, no Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Educação (ABE), congregando um grupo de intelectuais que ficaram Conhecidos como Renovadores da Educação. Com o lançamento do Manifesto, em 1932, e inspirados no momento cultural vivido pelo país, intitularam-se Pioneiros da Educação Nova*,* dando origem ao Movimento Renovador Educacional. Este movimento pretendeu sensibilizar os educadores e o poder público quanto aos problemas da educação brasileira e a urgência de medidas para resolvê-las.

[7] Conhecido também como Administração Científica, o Taylorismo é um sistema de organização industrial criado pelo engenheiro mecânico e economista norte-americano Frederick Winslow Taylor, no final do século XIX. A principal característica deste sistema é a organização e divisão de tarefas dentro de uma empresa com o objetivo de obter o máximo de rendimento e eficiência com o mínimo de tempo e atividade.

[8] Pelo Decreto 19.770 de 19 de março de1931, em 1943 acontece a Consolidação das leis de Trabalho que define e determinam direitos e deveres dos trabalhadores da indústria.

[9] Diz o Artigo 130 da Constituição Federal de 1937: ñO ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolarò

[10] O ensino propedêutico tem por objetivo elevar o aluno a um nível mais adiantado de aprendizagem. No caso do ensino secundário é preparatório para o ensino superior. Diferente do ensino profissional que, dirigido as classes populares tem por objetivo a

preparação da força de trabalho. Enquanto que o ensino propedêutico é oferecido para as classes abastadas, tem uma formação academicista, seletiva e direcionada.

[11] Ao chegarem os trabalhadores estrangeiros da Europa, entre estes europeus estavam os anarquistas que trouxeram consigo diferentes pensamentos para dentro da indústria, bem como diferentes concepções pedagógicas. O anarquismo foi a maior corrente organizada dentro do movimento operário no Brasil no início do século XX. O Anarquismo, enquanto movimento social, é uma organização que e objetiva mudanças na estrutura social, visa a substituição da autoridade do Estado, a qual deve acontecer por meio da cooperação governamental entre indivíduos livres; defendem a educação política de seus membros visando estimular a mudança social desejada pelo grupo.

RECEBIDO EM: junho/2014

APROVADO EM: julho/2014